

CONSTRUÇÃO DE UM GUIA DE PRÁTICAS E TÉCNICAS PARA A TUTORIA INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

CONSTRUCTION OF A GUIDE TO PRACTICES AND TECHNIQUES FOR INCLUSIVE TUTORING IN HIGHER EDUCATION

Jéssica Beatriz da Silva Cavalcante **1**
Cláudia Rosana Kranz **2**

Resumo: O relato de experiência tem por objetivo descrever, em perspectiva teórico-reflexiva, a concepção e construção do “Guia de Práticas e Técnicas para a Tutoria Inclusiva”, instrumento orientador para tutores do Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A metodologia dialoga com conceitos de Braga (2015) quanto a aspectos pedagógicos e técnicos para a construção de Objetos de Aprendizagem (OAs). O objetivo do Guia é constituir-se em material didático, utilizado por tutores como ferramenta introdutória e de auxílio permanente, contendo informações, orientações e recursos para planejamento, contribuindo tutores e tutorados. Nos desafios encontrados estão o incremento de técnicas que possam ser desenvolvidas em formato remoto ou presencial, na perspectiva inclusiva. Finalizada a versão inicial, outras etapas consistem na validação do Guia junto a tutores, tutorados e gestores da Universidade para, após, uma reedição do material, com ampliação de sua acessibilidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Superior. Tutoria Inclusiva. Objeto educacional.

Abstract: The experience report has the goal to describe, in a theoretical-reflective perspective, the design and construction of the “Guide to Practices and Techniques for Inclusive Tutoring”, a guiding instrument for tutors in the Orientation and Inclusive Tutoring Program at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The methodology approaches concepts from Braga (2015) regarding pedagogical and technical aspects for the construction of Learning Objects (LOs). The purpose of the Guide is to constitute didactic material, used by tutors as an introductory and permanent aid tool, containing information, guidelines and resources for planning, contributing tutors and students. Among the challenges encountered are the increase in techniques that can be developed in a remote or in-person format, from an inclusive perspective. After the initial version was completed, other steps consist of the Guide’s validation with tutors, students and managers at the University, after which the material was reissued, with an increase in its accessibility.

Keywords: Special Education. Higher Education. Inclusive Tutoring. Learning Object.

Graduada em Serviço Social. Mestranda em Educação Especial. **1**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3017056183339650>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0221-1787>. E-mail: jessicabeatriz369@gmail

Licenciada em Matemática. Mestre e doutora em Educação. **2**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9780536669387272>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4732-4980>. E-mail: claudiakranz@hotmail

Introdução

O direito à educação das pessoas com deficiência é uma luta histórica, marcada por muitos desafios e conquistas fundamentais nos últimos 20 anos. Dentre os avanços legais, podemos citar a lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002); a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006); o Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2007); a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

No Ensino Superior, a lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016), que trata sobre reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais, demonstra um grande avanço no campo do direito, mas carrega consigo desafios para sua implementação. A conquista do direito não garante, por si só, a permanência e a conclusão com êxito desses discentes nos cursos de graduação.

Já inseridos na Universidade, os discentes com deficiência, transtornos de aprendizagem e outras especificidades, enfrentam barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e sociais. Para enfrentar essas barreiras, faz-se necessário conhecer as diversas realidades e fornecer apoio pedagógico, associado a políticas públicas e institucionais que possibilitem a permanência e a aprendizagem. Neste trabalho apresentaremos o relato de uma experiência que pode vir a contribuir neste processo.

Antes disso, para compreender a trajetória de ampliação dos espaços educacionais às pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais específicas, apresentaremos uma breve retrospectiva cronológica sobre o processo de construção da educação inclusiva no Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980, na reabertura do Brasil à democracia, algumas mudanças foram fundamentais no contexto educacional daqueles que eram considerados, até esse momento, "excepcionais". Em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), posteriormente substituído pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), tinha a função de promover a melhoria do atendimento desse público na educação. Em 1986, houve a criação da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência¹ (CORDE), órgão responsável pela gestão de políticas públicas voltadas para a integração de pessoas com deficiência, articulando políticas públicas em todas as esferas governamentais (FIGUEIRA, 2008). Tanto a Secretaria quanto a Coordenadoria tiveram papel fundamental para a construção das leis para a gestão das políticas que surgiram em seguida, a partir da Constituição Federal de 1988.

No que se refere à Educação, a Constituição prevê o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988, art. 208.). Caminhando ainda mais, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram assegurados currículos, métodos e técnicas específicas para atender as necessidades dos estudantes portadores de necessidades especiais, bem como formação de professores especializados na área (FIGUEIRA, 2008).

Apenas em 2004, através do decreto nº 5.296, foi determinada a obrigatoriedade de ofertar ambientes acessíveis em todos os níveis de ensino:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004, art. 24).

Em relação ao Ensino Superior, o Programa Incluir (BRASIL, 2007) fomentou editais disponibilizando recursos financeiros para fins de desenvolvimento de políticas educacionais de

¹ O termo Pessoa Portadora de Deficiência era adotado em todas as legislações da época, por essa razão aparece associado ao nome de secretarias, programas e até em algumas referências bibliográficas mais antigas. Hoje em dia, o termo correto para se referir é pessoa com deficiência, como explicita Sasaki (2002, p. 7).

acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Diversas instituições foram contempladas nos editais entre 2005 e 2010; entretanto, apenas em 2011, através do decreto nº 7.612, que institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011), houve a alocação de recursos na matriz orçamentária das universidades federais visando o fortalecimento e ampliação dos Núcleos de Acessibilidade (BRASIL, 2013).

Em 2013, é lançado o Documento Orientador do Programa Incluir, que prevê apoiar financeiramente os projetos desenvolvidos pelas IFES, com finalidade de implementar, através dos Núcleos de Acessibilidade dessas instituições, ações de políticas de acessibilidade. Para isso o documento destacou a organização dos Núcleos a partir dos eixos: a) infraestrutura; b) currículo, comunicação e informação; c) programas de extensão; d) programas de pesquisa (BRASIL, 2013). No contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campo onde as autoras estão inseridas, o trabalho da Secretara de Inclusão e Acessibilidade (SIA) conta com uma rede de apoio voltada às pessoas com necessidades específicas² que oferece suporte em todos os eixos destacados acima.

No foco desse relato, apresentamos o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva, que é uma ação criada pela instituição para fornecer acompanhamento sistemático aos discentes atendidos pela SIA, através da tutoria entre os discentes. O programa foi instituído enquanto um projeto de extensão e tem sido utilizado como uma das formas de promoção do sucesso acadêmico dos discentes com necessidades educacionais específicas (NEE) que ingressam na UFRN.

O programa é gerido por meio de editais que selecionam os discentes que serão tutores e determina o perfil que os mesmos devem atender, dentre eles o curso a que está vinculado e o bom histórico acadêmico. Após a avaliação desses critérios, os discentes são submetidos também a uma entrevista. A atuação dos tutores abrange o suporte acadêmico aos tutorados que se encontram no seguinte perfil: 1) baixo desempenho acadêmico; 2) dificuldades de organização e planejamento de hábitos de estudo; 3) dificuldades na elaboração de trabalho de conclusão de curso e; 4) presença de transtorno ou dificuldade secundária de aprendizagem (UFRN, 2019). Outras informações sobre o programa e o perfil dos tutores encontram-se disponíveis nos editais³ lançados pelo programa até hoje.

Partindo dessa breve contextualização, destacamos que o interesse pelo aprofundamento na temática da tutoria é advindo da vivência pessoal no Programa da UFRN e a escassez de produções científicas que fazem referência à prática de tutoria entre discentes no Ensino Superior. O processo formativo no Mestrado em Educação Especial tem proporcionado, também, um vasto referencial teórico e estímulo à produção científica, incluindo o presente relato de experiência, que resultou da construção de um material educacional para a disciplina “Materiais e Objetos Educacionais na Perspectiva da Educação Especial”. Além disso, o diálogo entre as autoras tem possibilitado uma interlocução de áreas diversas, como a Educação Matemática, a Educação Especial e o Serviço Social.

O produto intitulado “Guia de práticas e técnicas para a Tutoria Inclusiva” é fruto da contribuição entre orientadora e orientanda, e um instrumento norteador para a atuação dos tutores do Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), locus de execução do projeto de pesquisa. Ressalta-se que o presente relato aborda o processo inicial de concepção e produção do Guia, o qual precisa ser qualificado em termos de acessibilidade e conteúdo, o que será realizado a partir do trabalho com gestores, tutores e tutorados do Programa.

2 Aqui utilizamos os termos adotado na Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN, que define Pessoa com Necessidades Específicas como: “aquelas que apresentam em contextos acadêmicos ou profissionais necessidades específicas em consequência de condições, em caráter permanente ou temporário, que, em interface com as diversas barreiras, podem requerer apoio institucional especializado no processo de ensino-aprendizagem-avaliação ou no desenvolvimento das atribuições profissionais, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que os levem à expressão plena de seu potencial e de participação” (UFRN, 2019, p.3).

3 Os editais podem ser acessados no site da SIA: <https://sia.ufrn.br/noticias.php>.

Objetos de aprendizagem: referencial e relevância

A produção do Guia embasou-se teórica e metodologicamente nos conceitos apresentados por Braga (2015), sobre Objetos de Aprendizagem. A estrutura foi inspirada a partir da leitura de manuais e guias para tutores do Ensino a Distância (EAD), principalmente nos de O'Rourke (2003). Apesar da tutoria na EAD ser diferente da tutoria inclusiva entre discentes, parte da lógica de atuação é semelhante. O conteúdo é fruto também de estudos e pesquisas na área da Educação Especial Inclusiva, bem como da experiência de uma das autoras enquanto tutora no Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da UFRN, à época da graduação.

Justificamos a necessidade da construção desse material em alguns pontos: [1] A baixa produção acadêmica a respeito de programas de tutoria entre discentes, especialmente no contexto do ensino superior e voltados a discentes público-alvo da Educação Especial. [2] A ausência de um material textual norteador para tutores que ingressam em programas de tutoria desse tipo. [3] Possibilidade de utilização do material, como referência, por diferentes programas inclusivos, nas diversas universidades que os adotam, seja diretamente pelos tutores ou em formações que incluam discentes (tutores ou tutorados), docentes e profissionais que atuam no apoio pedagógico de Núcleos de Acessibilidade.

O contato com o livro *Objetos de Aprendizagem* (BRAGA, 2015) foi a primeira referência para a construção do Guia. Nele, a autora trabalha com a perspectiva de que o processo educacional pode ser ressignificado a partir da adoção de recursos e materiais disponíveis na internet. Outros autores relatam suas experiências em pesquisas utilizando Objetos de Aprendizagem (OAs) e recursos tecnológicos, principalmente voltados à formação de professores e às práticas de educação que envolvem a Educação Especial (BARDY, 2013; GIROTO; POKER; OMOTE, 2012; OLIVEIRA et al., 2020).

Em suas conclusões, Bardy (2013, p.285), afirma que: “[...] os OA possibilitam aprender se divertindo, chamam a atenção pelo design colorido, e até mesmo lúdico. São especialmente ricos em possibilidades pedagógicas e o trabalho com diversos conceitos disciplinares”. A partir desses relatos, buscou-se priorizar na construção do nosso material algo que pudesse ser formativo, atrativo, de fácil manuseio e ampla divulgação, além de ser acessível. Diante disso, optou-se pela construção de um Guia e a elaboração do material considerou o contexto atual de pandemia de Coronavírus (COVID-19), ou seja, foi pensado para ter flexibilidade de acesso e apresentação em formato virtual.

Outros aspectos que foram considerados envolvem os critérios técnicos e pedagógicos que caracterizam um OA de acordo com Braga (2015). Nos aspectos pedagógicos, um OA precisa apresentar pelo menos uma dessas características: promover **interatividade**; **autonomia**, que possibilita a tomada de decisões; **cooperação**; **cognição**, referente ao processo de ensino-aprendizagem e **afetividade**, que são os sentimentos e motivações do aluno na interação com o OA (grifo das autoras).

Em relação aos aspectos técnicos, as características são: **disponibilidade**; **acessibilidade**, que se refere não só ao tipo de usuário que terá acesso, como também ao lugar de acesso e os tipos de dispositivo compatíveis; **confiabilidade**; **portabilidade**; **facilidade de instalação**; **interoperabilidade**; **usabilidade**; **manutenibilidade**; **granularidade**, que são os componentes (parte ou grãos) menores que podem ser reutilizados; **agregação**; **durabilidade** e a **reusabilidade**, destacada como característica principal (BRAGA, 2015).

Percurso metodológico

A partir dos objetivos e da decisão acerca do tipo de material a ser produzido e seu formato de Guia, foi necessário pensar em sua estrutura e em seu conteúdo. O processo de construção e concepção de um Objeto de Aprendizagem exige algumas etapas, como: conhecer os usuários, suas necessidades e os objetivos pedagógicos estabelecidos para cada situação (BRAGA, 2015).

Na construção do OA, objeto deste relato, foi feito um levantamento das referências bibliográficas disponíveis para a construção do Guia; do conteúdo por ele contemplado, tais como: informações sobre tipos de NEE, tipos de tutoria, sugestões de práticas, planos e rotinas

que podem ser adotadas no processo da tutoria, caminhos possíveis para a resolução de dificuldades, materiais de apoio e recursos tecnológicos disponíveis, e redes de apoio. Também foi realizada uma reunião com a coordenadora do Programa de Tutoria da UFRN para socializar a proposta e planejar um momento para avaliação e validação do produto com os tutores do programa, o que ainda não ocorreu.

Parte do conteúdo utilizado considerou a leitura do projeto do Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da UFRN, processo que se mostrou fundamental na elaboração do conteúdo, visto que a baixa produção na área e a impossibilidade de reunir-se com os tutores do programa limitaram parcialmente a proposta previamente estabelecida. Concomitantemente a isso, foi definido o tipo de plataforma/formato em que o OA seria construído e disponibilizado. A escolha levou em consideração os recursos de acessibilidade que poderiam ser disponibilizados na utilização do Guia por todas as pessoas, na maior extensão possível.

Pensando na produção do material e nos aspectos de acessibilidade a serem considerados na sua construção, devido ao momento de pandemia, que ocasiona isolamento social e impedimento de atividades presenciais, as atividades vêm sendo realizadas virtualmente. Sendo assim, o material produzido foi concebido, nesse momento, exclusivamente em uma versão virtual por meio de um documento PDF que permitisse leitores de tela de qualquer dispositivo. Tendo em vista que o Guia ainda está em processo de construção, as possibilidades de criação da versão *audiobook*, adição de descritores de imagens e caracteres, ou mesmo a tradução em Libras para um formato de vídeo não foram possíveis. Entretanto, as autoras têm considerado as questões que envolvem a acessibilidade, e atualizarão novas versões considerando o Desenho Universal⁴.

A plataforma escolhida para desenvolver o material foi o *Canva.com*, pois oferece formatos, recursos gráficos e visuais diversificados na modalidade *Canva for Education*. Um contraponto em relação à utilização da plataforma é a ausência de recursos que favoreçam a acessibilidade dos documentos virtuais, como: possibilidade de inserir a descrição nas imagens/figuras, geração de hiperlinks, um formato de títulos e estilos para criação de sumários, ícones e configurações que podem ser reconhecidos pelos leitores de tela, criação de vídeos/animações com legendas.

Essas limitações da plataforma prejudicaram a construção do material dentro dos critérios técnicos e pedagógicos de acessibilidade que um OA necessita. Mesmo assim, o arquivo em PDF disponibilizado no repositório virtual do EduCapes tem o conteúdo textual acessível para os leitores de telas disponíveis nos dispositivos eletrônicos. Pelas dificuldades encontradas no *Canva.com*, na qualificação e futura reedição do material, outra plataforma, com mais recursos para acessibilidade, será utilizada.

As etapas futuras para conclusão do Guia envolvem a validação e a socialização do mesmo. Quanto à validação, estão previstas: formação com os tutores do Programa de Tutoria da UFRN; atividades com os gestores que atuam com a Política de Inclusão e Acessibilidade da referida universidade e também com os tutorados atendidos pela SIA. Quanto à socialização do material, após a sua reedição, será disponibilizada na plataforma do EduCapes e em participação de eventos na área da Educação Inclusiva.

Experiência de elaboração do Guia de Práticas e Técnicas para a Tutoria Inclusiva

Na construção do Guia, uma das maiores dificuldades se deu em encontrar materiais que tivessem propostas semelhantes voltadas para tutoria entre discentes. Numa breve busca com a ferramenta de pesquisa do *google*, os materiais encontrados intitulados de guias ou manuais de tutoria, faziam referência aos tutores de cursos de Ensino a Distância (EAD). A tutoria nessa modalidade de ensino é feita entre um profissional, algumas vezes denominado professor tutor, que fará o acompanhamento individual e também a avaliação de aprendizagem dos

4 De acordo com o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Desenho universal “significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O ‘desenho universal’ não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias” (BRASIL, 2009, artigo 2).

discentes que estão matriculados naquele curso (SOUZA et al., 2004).

No caso da Tutoria Inclusiva, ela ocorre entre os discentes, e o tutorado é escolhido a partir de critérios previamente estabelecidos. Na UFRN, por exemplo, tais critérios envolvem: apresentar uma deficiência ou transtorno de aprendizagem, associado ao baixo desempenho acadêmico e ser atendido pelo setor de acessibilidade da instituição (UFRN, 2019). Por isso, tendo em vista que se trata de uma atividade realizada entre estudantes, faz-se necessário que os tutores participem de um processo formativo, pois esses têm atribuições específicas e lidam com desafios os quais, provavelmente, nunca experienciaram.

Considerando a necessidade de formação dos tutores e a pouca produção a respeito da tutoria inclusiva, produzir um Guia com elementos sobre as práticas e técnicas pareceu de grande relevância como contribuição pedagógica neste processo.

A primeira estrutura pensada para o Guia foi a organização de um sumário. A partir dele elegemos os tópicos do conteúdo a serem abordados e os dividimos em seções, sendo cinco no total. O conteúdo reúne o conhecimento formativo ao longo do Mestrado sobre a história da Educação Especial e, também, do levantamento bibliográfico de pesquisas acerca da Educação Especial Inclusiva e da tutoria. A reunião com a coordenação do Programa também foi parte importante nessa construção, pois definiu que o Guia poderia ser utilizado como instrumento formativo. Sendo assim, usado para a formação, esse OA incorpora um aspecto técnico de **reusabilidade**, que abordaremos em breve.

Outra característica pela qual optamos foi o cuidado na utilização de termos estritamente acadêmicos ou distantes do diálogo comum, desde que comunicassem com clareza sobre os tópicos abordados. Na organização das seções, optou-se por partir do conteúdo mais teórico ao mais prático, ou do geral para o específico, no intuito de que o público-alvo aprenda de forma gradual o assunto. Tal intento repercutiu em conteúdo que inicia com conceitos básicos sobre aspectos relacionados à deficiência e transtornos de aprendizagem, até a forma de organizar a rotina de estudos na perspectiva do tutor.

A partir destes pressupostos, o sumário foi organizado em cinco seções: [1] Desmistificando a deficiência e outras necessidades educacionais específicas; [2] Sobre tutoria; [3] Praticando a tutoria inclusiva; [4] Recursos técnicos e tecnológicos; [5] Orientações e dicas. Nos próximos parágrafos abordaremos individualmente cada uma das seções e como elas se relacionam com os aspectos pedagógicos e técnicos de um Objeto de Aprendizagem.

A primeira seção [1] inicia propondo ao leitor uma rápida reflexão sobre o que é a deficiência e sobre quem são as pessoas com deficiência. Nesse primeiro momento, utilizou-se do aspecto pedagógico da **interatividade** que indica se há “suporte às consolidações e ações mentais” (BRAGA, 2015, p. 26), requerendo que o aluno interaja com o conteúdo do OA de alguma forma, podendo ver, escutar ou responder algo.

No decorrer da seção é feito um resgate sobre a história das pessoas com deficiência na sociedade e no âmbito da educação. Também aborda sobre condutas capacitistas e sobre os aspectos **afetivo e cognitivo**, ao evocar falas e atitudes que o leitor pode ter vivenciado ou reproduzido, sem percebê-las como discriminatórias em relação à pessoa com deficiência. O mesmo se deu sobre os transtornos de aprendizagem (Déficit de atenção e hiperatividade, autismo e outros). Ao final da seção, foram sugeridas referências para aprofundamento no assunto, dentre elas cartilhas sobre cada uma dessas temáticas; o site da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade da UFRN; canais no *YouTube* e páginas no *Instagram* de pessoas com deficiência que produzem conteúdos a esse respeito, propondo incentivar o tutor a ter um contato maior com o cotidiano dessa temática.

Na segunda seção [2], ainda considerando os aspectos teóricos, discorreremos sobre o termo tutoria e suas diferentes aplicações, explicitando a origem e os diferentes usos. Retomamos a questão da Educação Especial, situando o contexto do Ensino Superior e, a partir disso, explicamos resumidamente a origem dos núcleos de acessibilidade e seu financiamento, bem como dos programas de tutoria, fazendo referência específica à UFRN. Ao final, destacamos quais são os critérios utilizados para selecionar os tutores que compõe o Programa. Nesse capítulo, destacamos o aspecto da **cognição**, uma vez que o intuito é situar o tutor do por que ele foi escolhido e a razão pela qual sua função existe.

A terceira seção [3] introduz a parte prática, em que inicialmente contextualizamos o discente sobre o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da UFRN, sobre quem são os tutores e qual o papel da tutoria. Nesse capítulo, é necessário destacar o aspecto pedagógico referente à **autonomia**, uma vez que, ao longo dele, detalhamos a carga horária, quantidade de tutorados; quais são as atribuições e quais não são. Além disso, incentivamos os tutores para que, tendo em mãos todas as informações necessárias, tenham a iniciativa de entrar em contato com o seu tutorado; recorram aos profissionais de referência ou docentes quando surgirem dúvidas ou problemas; sejam ativos no planejamento e organização do semestre dos tutorados. Assim, disponibilizamos toda a informação que conseguimos reunir para dar aos tutores condições de ter autonomia na relação com seu tutorado.

Pensando no papel do tutor e na complexidade que envolve acompanhar um discente que apresenta uma deficiência ou uma necessidade educacional específica, iniciamos a quarta seção [4] apresentando os setores da UFRN que atuam no atendimento a esse público. Alguns desses setores são fundamentais no processo de tutoria, pois fornecem materiais em formato acessível (textos em Braille, PDF acessível, versão digitalizada ou em voz, ampliação de textos, audiodescrição, legendagem, tradução e interpretação em língua de sinais), ou contam com profissionais que podem auxiliar e orientar os discentes nos aspectos que forem necessários.

No mesmo capítulo, abordamos a pandemia do Coronavírus e a adoção do ensino remoto no período de isolamento social. Essa sessão foi desafiadora, pois a adoção do formato online apresenta novos desafios a toda comunidade acadêmica. Docentes, discentes e servidores técnicos que atuam na universidade precisaram encontrar novos caminhos para dar continuidade ao trabalho e aos estudos.

Desafio maior ainda se apresenta aos discentes com deficiência, pois são inúmeras as barreiras tecnológicas que se interpõem no ensino remoto. Sejam as salas de aula virtuais com layouts que impossibilitam a visualização, telas pequenas, textos em formatos não acessíveis, falta de domínio dos recursos de tecnologia assistiva dos dispositivos eletrônicos (notebook, computador, tablets e celulares), fornecedores de internet instáveis, dentre outras barreiras.

Por isso, ainda que sobre a incerteza dessas questões, indicamos a leitura dos guias de acessibilidade da *Google* e da *Microsoft*. Através deles os tutores poderiam encontrar alternativas para dar continuidade à tutoria ainda que virtualmente, e quais recursos de acessibilidade podem ser utilizados para isso. Ao fim da seção indicamos também repositórios virtuais de aprendizagem, que utilizam objetos de aprendizagem, a fim de contribuir na revisão dos conteúdos nos momentos de tutoria, tanto pelos tutores quanto pelos tutorados.

Na quinta e última seção [5], a proposta se deu no intuito de orientar e apresentar possíveis caminhos para os desafios da tutoria, dialogando de maneira mais particular com o tutor. Para isso foram utilizados, ao mesmo tempo, os aspectos de **interatividade**, de **autonomia**, **cognição** e **afetividade**. No primeiro momento relembramos ao tutor que sua atuação é permeada de desafios e o sensibilizamos em relação ao contexto educacional e de vida dos discentes tutorados, permeado pelas barreiras comunicacionais, atitudinais, tecnológicas, entre outras, que sempre foram impedimentos a sua plena participação na sociedade.

Em seguida elencamos os desafios mais comuns na relação com os tutorados e os docentes, para que os tutores já estivessem orientados sobre quais atitudes poderiam tomar diante deles. Pensando na parte prática da tutoria, enfatizamos a importância do planejamento semestral, considerando prazos, provas, atividades e carga horária semanal de ambos (tutor e tutorado).

Por fim, no intuito de incentivá-los a colocar em prática todas essas orientações, indicamos programas e aplicativos de planejamento e organização, como *Notion*, *Trello* e *Google Agenda*. Em cada um deles disponibilizamos um link com referências no *YouTube*, com maneiras de utilizar os programas.

É importante destacar que os aspectos pedagógicos elencados permearam todo o Guia, sendo alguns deles mais presentes em algumas seções, dependendo da proposta pensada para cada uma delas. Da mesma forma, os aspectos técnicos também estão contemplados. Segundo Braga (2015, p.28), a **reusabilidade** indica “as possibilidades de reutilizar os OAs em diferentes contextos ou aplicações”. No caso do Guia, pode-se reutilizá-lo como referência em formações

para tutores, professores ou coordenadores de programas de tutoria de diferentes universidades.

Além disso, dividindo suas sessões, o Guia pode ser integrado como parte do conteúdo de livros, outros guias, cartilhas etc., que é uma característica de **granularidade**. Pode, ainda, ser transformado em uma versão de vídeo, áudio ou ser impresso, dispondo de recursos que o torne acessível. E por fim, será disponibilizado em uma plataforma pública, o EduCapes, que é de fácil acesso, portabilidade e manutenção. Entretanto, é importante destacar que a plataforma em que o Guia foi produzido não apresenta recursos para a produção de materiais acessíveis. Esse formato será revisto nas reedições do material que, por enquanto, está acessível no leitor de tela, em formato PDF.

Considerações Finais

O processo de construção do Guia de Práticas e Técnicas para a Tutoria Inclusiva mostrou-se significativo para as autoras, pois nos permitiu um aprofundamento sobre a tutoria inclusiva em diversos aspectos, sejam eles teóricos, práticos ou técnicos. Outro elemento importante foi a escolha metodológica que guiou a forma de fazê-lo, dentro dos aspectos pedagógicos e técnicos de um Objeto de Aprendizagem. Juntos, esses elementos agregam um valor inestimável ao produto final, que carrega não só um caráter científico e de utilidade, mas que é também, para a Educação Especial, mais uma produção que pode contribuir, ainda que indiretamente, com seu público-alvo.

Idealizar um produto sobre o qual existe uma lacuna na produção acadêmica é um desafio, pois exige uma busca bibliográfica mais abrangente e um contato maior com as necessidades reais, vivenciadas na prática, mas que necessitam de embasamento científico. E esse processo se torna ainda mais provocador no contexto de pandemia, como a que vivenciamos em 2020 e em 2021, pois as barreiras que se interpõem à inclusão no mundo virtual expõem ainda mais a forma excludente da produção da tecnologia, dos objetos, dos materiais e das metodologias.

Das diversas plataformas disponíveis para a produção de materiais, poucas são as que disponibilizam recursos para tornar as produções acessíveis. Sendo assim, o pesquisador se torna refém do conteúdo já disponível e inicia um verdadeiro garimpo por plataformas que permitam adaptações. Além disso, o tempo de produção de um material com muitos recursos de acessibilidade leva mais tempo, o que não foi possível dentro da realidade das autoras. Mesmo assim, destacamos que o produto será avaliado, reeditado e disponibilizado em mais versões.

Por fim, esperamos que a publicização do material possa gerar mais visibilidade sobre a temática e que outras instituições possam utilizá-lo como referência em seus programas de tutoria. Além disso, esse relato de experiência é uma forma de incentivo à produção científica na área, seja por meio de contribuições dos tutores, dos tutorados e dos demais envolvidos, seja de produções técnicas ou teóricas.

Referências

BARDY, Livia Raposo. et al. Objetos de Aprendizagem como recurso pedagógico em contextos inclusivos: subsídios para a formação de professores a distância. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 19, n. 2, p. 273-288, jun, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso: 16 fev. 2021.

BRAGA, Juliana. **Objetos de aprendizagem**. Volume 2: metodologia de desenvolvimento. Santo André: Editora da UFABC, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 24, fev. 2021.

_____. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso: 2 de mar. 2021

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso: 2 de mar. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Edital nº 3, de 26 de abril de 2007. **Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior.** Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, 2007. p.32.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEEP; 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2021

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206949&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.949%2C%20DE%2025,30%20de%20mar%C3%A7o%20de%202007. Acesso: 2 de mar. 2021

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso: 28 de fev. 2021

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Cartilha: Viver sem Limite**  **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** SDH-PR/SNDP, Brasília, DF: 2013.

_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 3 de mar. 2021

_____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso: 28 de fev. 2021

_____. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior.** Brasília/DF: Secadi/Sesu, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso: 1 de mar. 2021

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio: uma introdução à história das pessoas com deficiência no Brasil.** São Paulo: Giz Editora, 2008.

GIROTO, Cláudia Regina Mosca.; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao. (org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.** Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012.

OLIVEIRA, Jaíma P. et al (org.). **Tecnologias educacionais como suportes para a inclusão escolar**. São Carlos (SP): Editora de Castro, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção dos direitos das pessoas com deficiência**, 2006.

O'ROURKE, Jeniffer. **Tutoria no EAD: Um manual para tutores**. Vancouver: The Commonwealth of Learning, 2003. Disponível em: <http://www.abed.org.br/col/tutoriaead.pdf>. Acesso: 2 de mar. 2021

SASSAKI, Romeu K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano 5, nº 24, jan./fev. 2002a, p. 6-9. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540. Acesso: 3 de mar. 2021.

SOUZA, Carlos Alberto de et al. **Tutoria na educação a distância**. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, XI, 2004, Salvador. Versão digital. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm>. Acesso: 03 de mar. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Edital no 04/2018, de 19 de outubro de 2018. **Projeto: Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva (POTI) para universitários com deficiência, transtornos específicos ou dificuldades secundárias da aprendizagem** ☒ **CA-ENE**. DDPED/PROGRAD, 2018. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducaoIdProducao=5649010&key=59374563bee01fb2e8b64b05e5dee28f>. Acesso: 1 de mar. 2021

_____. Resolução nº026/2019 - CONSUNI. **Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2019. Disponível em: https://www.ufrn.br/resources/documentos/politicas/politica_de_Inclusao_e_Acessibilidade.pdf. Acesso: 1 de mar. 2021

Recebido em: 15 de fevereiro de 2021

Aceito em: 22 de fevereiro 2021